

ANTÔNIO FLÁVIO DE OLIVEIRA

SERVIDOR PÚBLICO

REMOÇÃO, CESSÃO, ENQUADRAMENTO
E REDISTRIBUIÇÃO

4ª edição revista e ampliada

Área específica

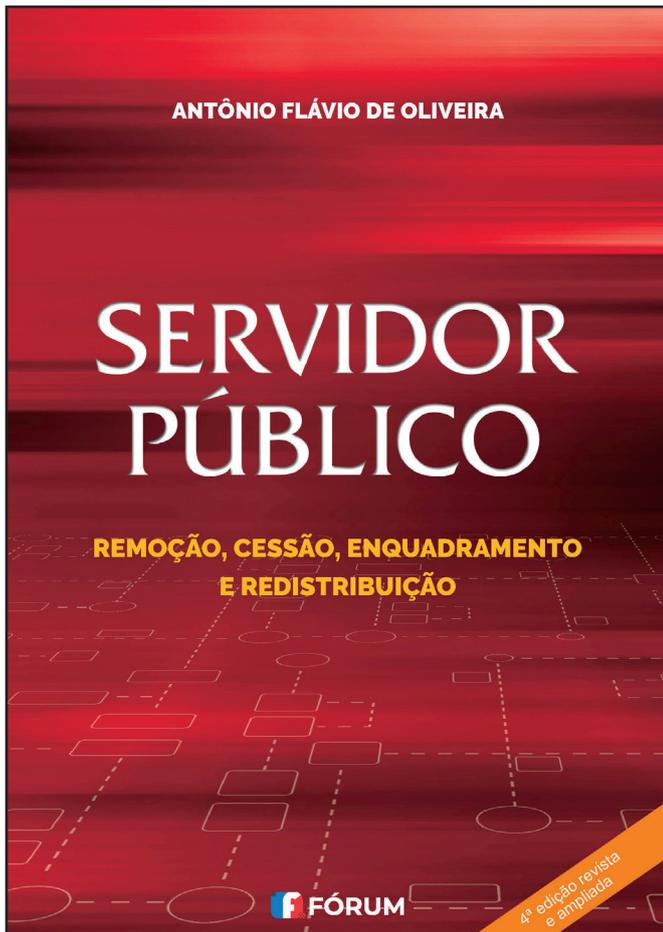
DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL

Público-alvo/consumidores

PROFISSIONAIS DO DIREITO, SERVIDORES
PÚBLICOS EM GERAL E EM ESPECIAL
SERVIDORES PÚBLICOS COM ATUAÇÃO NA
ÁREA DE RECURSOS HUMANOS.



Nas edições iniciais, que antecederam a esta, havia certo caráter de desbravamento dos temas aqui tratados. Desde então, o tema passou a receber maiores cuidados e comentários por parte da jurisprudência, das legislações e da doutrina. Assim, vem esta 4ª edição não mais com aspecto de ineditismo, embora lhe subsista a condição de especificidade no tratamento dos temas abordados.

Revisada, a obra recebeu novos capítulos no tema remoção e foram ampliados enfoques sobre todos os temas, sendo revistos textos no aspecto de compreensão, com o intuito de oferecer clareza e concisão na abordagem dos institutos.

Tanto os acréscimos quanto os aperfeiçoamentos introduzidos devem ser creditados aos leitores que, em contato com o autor, indicaram suas angústias, possibilitando a ampliação do enfoque e, ainda, a este próprio autor que, já alheado da obra, a revisa quase como se não lhe fosse própria e a oferece, mais uma vez, ao crivo da saudável crítica dos interessados no tema “servidor público”.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001539

OL48s Oliveira, Antônio Flávio de

Servidor público: remoção, cessão, enquadramento e redistribuição / Antônio Flávio de Oliveira.– 4. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2019.

318p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0596-4

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Servidor Público. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Antônio Flávio de Oliveira

Procurador do Estado de Goiás. Professor na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – Goiânia. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Goiás – IDAG. Palestrante. Árbitro da Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada – CAMES.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA 4ª EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17

TÍTULO PRIMEIRO PONTOS COMUNS ENTRE A REMOÇÃO, A CESSÃO, O ENQUADRAMENTO E A REDISTRIBUIÇÃO

Capítulo I

ASPECTOS HISTÓRICOS E A POSIÇÃO DAS DIVERSAS LEGISLAÇÕES	21
I Aspectos históricos	21
II A remoção, cessão, enquadramento e redistribuição frente aos diversos ordenamentos constitucionais brasileiros	27
III Na União, Estados e Municípios	29
a) O trato da remoção, da cessão, do enquadramento e da redistribuição na legislação federal	29
b) As posições adotadas nos Estados e Municípios a respeito de remoção, cessão, enquadramento e redistribuição	31

Capítulo II

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES À CESSÃO, À REMOÇÃO, AO ENQUADRAMENTO E À REDISTRIBUIÇÃO	33
I A remoção, a cessão, o enquadramento e a redistribuição e os princípios constitucionais regentes dos atos administrativos	35
II A remoção, a cessão, o enquadramento e a redistribuição sob a ótica do princípio da finalidade	36
III A cessão, a remoção, o enquadramento, a redistribuição e o princípio constitucional do concurso público	38

Capítulo III

EFEITOS PATRIMONIAIS E ORÇAMENTÁRIOS DA REMOÇÃO, DA CESSÃO, DO ENQUADRAMENTO E DA REDISTRIBUIÇÃO	41
I Na remoção	41
II Na cessão	42
III No enquadramento	42
IV Na redistribuição	43
V Efeito indenizatório	43
VI O efeito previsto na Lei nº 4.320/64	44

Capítulo IV

OS ESTATUTOS E OS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO	47
---	----

TÍTULO SEGUNDO REMOÇÃO

Capítulo I

CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	53
I Conceito	53
II Natureza jurídica	54

Capítulo II

O PROBLEMA DA CONFUSÃO ENTRE A REMOÇÃO E O EXTINTO INSTITUTO DA TRANSFERÊNCIA	57
I Delineamento do problema	57
II A maquiagem de casos de transferência em remoção	61

Capítulo III

MODALIDADES.....	65
I Remoção <i>ex-officio</i>	68
II Remoção a pedido	69
a) Ordinária	69
b) Para acompanhamento de cônjuge ou companheiro	69
c) Por permuta	70
d) Por motivo de saúde	70
III Remoção em razão de processo seletivo	72
IV Remoção por conveniência da disciplina.....	73
V Prioridade na remoção de mulher em situação de violência doméstica.....	76

Capítulo IV

A EFETIVAÇÃO DA REMOÇÃO	79
I O ato administrativo de remoção	80
II Requisitos do ato administrativo de remoção.....	80
III Competência para praticar o ato que importa na remoção.....	81
IV Classificação do ato administrativo de remoção	82
V Efeitos da motivação do ato de remoção realizado no interesse da Administração	84
VI Efeitos da remoção	84

Capítulo V

PECULIARIDADES DA REMOÇÃO	87
I Remoção bilateral/permuta de servidores.....	87
II Servidor em acumulação de cargos	88
III A prestação de ajuda de custo.....	89
IV Despesas com transporte.....	91
V Adicional especial de localidade.....	92

Capítulo VI

OBSTÁCULOS À REMOÇÃO	93
I Ausência de interesse público (desvio de finalidade).....	93
II Permanência ao lado de cônjuge.....	94
III Matrícula em curso de treinamento.....	96
IV Matrícula em curso de especialização	98
V Acumulação de cargos públicos.....	99

Capítulo VII

O DESFAZIMENTO DA REMOÇÃO	101
I Pelo decurso do prazo estabelecido para sua vigência ou pela cessação do motivo que lhe deu causa (doença, cônjuge etc.).....	101
II Por revogação	102
III Em razão de anulação.....	104
IV Por decisão judicial	104

Capítulo VIII

REMOÇÃO DE INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL	107
I Remoção de ofício, remoção por pedido e remoção por permuta de integrante do MPF.....	107
a) Remoção de ofício	107
b) Remoção a pedido	108
c) Remoção por permuta	108
II A previsão de ajuda de custo e transporte na Lei Complementar nº 75/1993.....	109
III A inviabilidade de aplicação das disposições do Estatuto do Servidor Civil da União e a possibilidade de indenização de despesas realizadas	110

IV	A possibilidade de indenização de despesas realizadas	113
V	A remoção de integrantes do Ministério Público dos Estados	114

Capítulo IX

REMOÇÃO DE INTEGRANTES DA MAGISTRATURA NACIONAL		115
I	O significado da expressão “magistratura nacional”	115
II	Remoção de ofício, remoção a pedido e remoção por permuta de integrante da magistratura nacional	116
a)	Remoção de ofício	116
b)	Remoção a pedido	116
c)	Remoção por permuta	117
III	A previsão de ajuda de custo na Lei Complementar nº 35/1979	118
IV	A viabilidade de aplicação das disposições do Estatuto do Servidor Civil da União e a disciplina nos diversos códigos de organização judiciária	118
a)	Judiciário Federal	118
b)	Judiciário dos Estados	118
V	A possibilidade de indenização de despesas realizadas	119

Capítulo X

SIMULAÇÃO E DOLO EM REMOÇÃO POR PERMUTA		121
I	A simulação e o dolo como vícios no ato administrativo	121
II	Simulação e o dolo como vícios do ato administrativo que resulta na remoção por permuta	121
III	Anulação do ato que determina a remoção por permuta	123
IV	Aplicação de sanção administrativa aos envolvidos na simulação	124

TÍTULO TERCEIRO CESSÃO

Capítulo I

CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA		127
I	Conceito	127
II	Natureza jurídica	129

Capítulo II

MODALIDADES		131
I	A cessão de servidor sem ônus para o órgão cedente	131
II	A cessão com ônus para o órgão cedente	133

Capítulo III

A EFETIVAÇÃO DA CESSÃO		137
I	O ato administrativo da cessão	137
II	Elementos do ato administrativo de cessão	138
III	Classificação do ato administrativo que importa na cessão de servidor	140
IV	Competência para a prática do ato administrativo que resulta na cessão	142
V	Efeitos da motivação do ato de cessão	143
VI	Efeitos da cessão	143

Capítulo IV

O TEMPO DE SERVIÇO DURANTE A CESSÃO DO SERVIDOR		145
--	--	------------

Capítulo V

PECULIARIDADES DA CESSÃO		147
I	A contribuição previdenciária nos casos de cessão	147
II	O vencimento do servidor na cessão sem ônus para o cedente	148
III	A impossibilidade de cessão durante o estágio probatório	148
IV	A cessão e os limites de sua realização	150

Capítulo VI

A CESSÃO IRREGULARMENTE FORMALIZADA E A CARACTERIZAÇÃO DE ABANDONO DO CARGO

I	A impossibilidade de abandono pelo servidor cedido e as situações em que se torna possível a caracterização da falta.....	153
II	Procedimento para a regularização da situação ocorrida por culpa do órgão cedente.....	154
III	A necessidade de processo administrativo com garantia do contraditório e ampla defesa mesmo nos casos em que fique evidenciado o abandono.....	155

Capítulo VII

O DESFAZIMENTO DA CESSÃO

I	Pelo decurso do prazo estabelecido para sua vigência ou cessação dos motivos que lhe deram causa	157
II	Por revogação	158
III	Por anulação.....	159
IV	Por desinteresse do cessionário.....	159
V	Por decisão judicial	160

TÍTULO QUARTO ENQUADRAMENTO

Capítulo I

CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA

I	Conceito	165
II	Natureza jurídica.....	166

Capítulo II

MODALIDADES.....

I	Enquadramento de ofício (<i>ex-officio</i>).....	169
II	Enquadramento por opção do servidor	170
III	A situação do servidor que opta por não ser enquadrado no novo quadro	171

Capítulo III

A TRANSPOSIÇÃO

I	Conceito	173
II	O ato de transposição	175
III	Natureza jurídica da transposição	176
IV	Classificação do ato administrativo de transposição	178
V	A constituição de comissão de enquadramento e suas atribuições	180

Capítulo IV

A EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO

I	O ato administrativo de enquadramento	183
II	Requisitos do ato administrativo de enquadramento.....	184
III	Competência para a prática do ato de enquadramento.....	185
IV	Classificação do ato administrativo de enquadramento	186
V	O enquadramento do servidor em desvio de função	188
VI	Efeitos do enquadramento.....	188
VII	Enquadramento irregular e nulidade.....	189
VIII	Efeito patrimonial do enquadramento irregular	190

Capítulo V

A SITUAÇÃO DOS INATIVOS PERANTE O ENQUADRAMENTO

Capítulo VI

PECULIARIDADES DO ENQUADRAMENTO

I	A situação em que o novo cargo exige qualificação pessoal mais elevada.....	195
II	A remuneração do servidor não optante do novo quadro.....	196
III	O momento da realização do enquadramento.....	198

Capítulo VII

O DESFAZIMENTO DO ATO DE ENQUADRAMENTO	199
I Correção pela própria Administração.....	200
II Desfazimento em decorrência de decisão judicial.....	205

Capítulo VIII

DO REENQUADRAMENTO	209
I Conceito	209
II Natureza jurídica.....	210
III Modalidades.....	210
a) Ocasionado por erro no enquadramento.....	211
b) Decorrente de decisão judicial.....	211
c) Por força de lei	212

TÍTULO QUINTO
A REDISTRIBUIÇÃO

Capítulo I

CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	215
I O que é, segundo os estatutos, a redistribuição.....	215
II A redistribuição e o art. 37, II, da CF.....	216
III A redistribuição e os princípios da economicidade e da eficiência	218
IV Redistribuição e investidura derivada	219

Capítulo II

A EFETIVAÇÃO DA REDISTRIBUIÇÃO	221
I O ato administrativo de redistribuição	221
II Requisitos do ato de redistribuição	222
III Competência para a prática da redistribuição	223
IV Classificação do ato de redistribuição	224
V Efeitos da redistribuição.....	225

Capítulo III

A CRIAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E O DESMEMBRAMENTO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	227
I A redistribuição por criação, fusão, incorporação e desmembramento de Estados e Municípios e as dívidas dos encargos sociais	227
II O saldo de vencimentos correspondente ao período anterior à modificação	229

Capítulo IV

OS INATIVOS E A REDISTRIBUIÇÃO	231
CONCLUSÃO	233
JURISPRUDÊNCIA.....	235
LEGISLAÇÃO PERTINENTE	287
REFERÊNCIAS.....	315